

Acordo coligatório entre o Partido Socialista e o LIVRE  
para as eleições autárquicas de 2017 em Lisboa

## **Uma cidade com futuro para as gentes do presente**

*Queremos que Lisboa seja uma cidade onde quem nela vive e quem nela quer viver exerça o seu direito à habitação, à cidade e à comunidade, de forma democrática, sustentável e aberta a todos; uma cidade acolhedora para residentes, trabalhadores, visitantes, turistas e refugiados; uma cidade mais ecológica, auto-suficiente e descarbonizada; uma cidade resiliente e combativa perante as alterações climáticas e as adversidades naturais ou humanas; uma cidade com uma mobilidade e um modelo urbano inclusivo, saudável, eficiente e orientado para o Futuro; uma cidade com voz na Europa e no Mundo. São estes os princípios e objetivos que norteiam o presente acordo político entre o LIVRE e o PS para a governação de Lisboa no mandato 2017-2021.*

Desde 2009, Lisboa tem sido governada por uma convergência com provas dadas entre o Partido Socialista e os Movimentos Lisboa é Muita Gente e Cidadãos por Lisboa. Graças a este entendimento plural, democrático e politicamente inovador, Lisboa superou desafios e desenvolveu-se mesmo em contraciclo, apesar de 7 anos de austeridade em Portugal e de uma grave crise financeira internacional. Oito anos depois, a cidade está indubitavelmente melhor. Mas os desafios e riscos são também cada vez maiores, nomeadamente os de cariz social - com a precariedade no emprego e na habitação - e os de cariz global - desde a crise ecológica aos problemas da integração da cidade de Lisboa numa Europa e num Mundo em período de transformação e incertezas várias.

O LIVRE foi criado como partido político em 2014, já durante o presente mandato autárquico. Mas desde a sua fundação que o LIVRE se afirmou tributário das experiências de governação progressista de que Lisboa tem sido pioneira no país. O LIVRE acompanhou com atenção e espírito construtivo a nova fase da gestão camarária, sob a liderança de Fernando Medina. Com o aproximar das eleições autárquicas, o LIVRE apelou a que as forças políticas progressistas na cidade trabalhassem em conjunto para impedir um retrocesso em Lisboa que, além de danoso para a capital, pudesse também pôr em risco a árdua mas promissora tarefa de virar a página à austeridade, a nível nacional, com base também numa convergência de esquerdas pela qual o LIVRE se bateu com todas as forças desde a sua fundação.

Em preparação do atual processo eleitoral, o LIVRE desenvolveu um esforço amplo de contactos com as forças políticas suas congéneres em Lisboa que se revelou particularmente fértil e profundo nas conversações que manteve com as lideranças da

atual maioria na Câmara Municipal de Lisboa. Cruzou diagnósticos em grande medida coincidentes sobre o caminho já percorrido mas também sobre os desafios que Lisboa tem de enfrentar no presente e no futuro, estabeleceu possibilidades para cenários de cooperação com base em áreas políticas preferenciais de ação, confluíu na necessidade de construir uma candidatura que vá buscar as suas forças e a sua criatividade a uma metodologia participativa e aberta aos lisboetas.

O presente acordo, através do qual o Partido Socialista e o LIVRE se apresentam em listas conjuntas às eleições autárquicas de 2017, tem por base essa análise coincidente das vantagens que o modelo de governação progressista de Lisboa tem trazido à cidade e a vontade política empenhada com que o LIVRE pretende dar também o seu contributo político a este projeto promissor, numa cooperação estreita com os partidos, movimentos e independentes que já fazem parte da maioria governativa na cidade de Lisboa.

**1. O LIVRE e o PS assumem um compromisso com uma Lisboa sempre mais verde, inclusiva e cosmopolita.** A nossa cidade é o nosso Habitat, no qual nós, os cidadãos, exercemos o nosso direito à “casa”, à “rua” e à “família”, aqui entendidos como os direitos à habitação, à cidade e à comunidade. É num Habitat democrático, sustentável e aberto a todos – residentes e visitantes – que queremos viver, assegurando o bem-estar de quem cá vive, não hesitando em abrir as portas a quem cá quer viver. Queremos uma cidade que contribua para estabelecer o nosso direito ao Mundo.

Queremos trabalhar para uma cidade que procure um contínuo reforço da democracia, com lógicas de inclusão ativa das cidadãs e dos cidadãos no processo político. Uma sociedade que não respeita o princípio da igualdade não é verdadeiramente democrática, sendo por isso uma grande prioridade combater todas as discriminações, sejam de género, de orientação sexual, etárias, das minorias étnico-culturais ou dos cidadãos portadores de deficiência.

Na área da habitação defendemos a reabilitação do património edificado melhorando o seu desempenho ambiental. Defendemos o desenvolvimento de políticas de urbanismo e de habitação centradas nas classes médias e baixas que permitam trazer os cidadãos para a cidade e dar estabilidade e tranquilidade a quem quer habitar em Lisboa. Consideramos também prioritário estimular o desenvolvimento de atividades de inovação nas pequenas e médias empresas, facilitando o financiamento das atividades de inovação, criando condições de contexto que permitam a criação de novas empresas inovadoras e que estimulem as atividades de inovação nas empresas já existentes e estimulando as trocas de conhecimento entre os diferentes atores envolvidos na criação e exploração de conhecimento.

Na área da educação, os próximos anos trarão uma necessidade urgente de repensar o sistema educativo. A ação a nível local, com uma visão global, é a melhor forma de implementar programas e formas de estar mais específicos e adaptados aos alunos a

que se dirigem. A articulação das escolas com a comunidade que as rodeia é essencial para a educação dos seus alunos e para uma vivência local mais saudável e solidária. Os espaços escolares devem ser partilhados com os vizinhos e usufruídos por todos, o espaço público deve ser utilizado pelos alunos das escolas, dentro e fora do horário lectivo. Deve haver partilha de conhecimento além do conteúdo lectivo. As escolas e as autarquias devem trabalhar em conjunto para garantir um apoio social integrado e mais eficaz.

Na atualidade, a sociedade portuguesa e os estilos de vida adoptados contemplam, em grande medida, o convívio e a interação com uma diversidade considerável de espécies e raças animais domesticadas ou de natureza silvestre, que, uma vez trazidas para contexto urbano, requerem estratégias e medidas para assegurar o bem-estar dos animais e prevenir conflitos. Queremos que Lisboa seja um exemplo a seguir na forma como os animais são tratados e os seus direitos respeitados.

Queremos uma cidade eficiente, inclusiva e virada para o futuro. Queremos um Poder autárquico onde se definam políticas progressistas na proximidade com os cidadãos, políticas que sendo locais tenham um alcance global e que possam representar um dos principais focos de oposição ao avanço das políticas neoliberais e ao avanço de políticas isolacionistas. Queremos que essa política local seja feita com os cidadãos e para os cidadãos, numa atitude de transparência e honestidade em cada gesto, cada medida e cada decisão. Na vontade de prestar contas em cada voto, cada proposta e cada compromisso.

## **2. O LIVRE e o PS assumem como objetivo trabalhar para a efetiva descarbonização da cidade de Lisboa, na linha da frente do combate às alterações climáticas.**

Assim, Lisboa deve contribuir, a partir da escala local, para o reforço do esquema europeu de emissões de carbono, assegurando o objetivo fundamental de descarbonização da cidade. Apostando de forma séria e continuada nas fontes renováveis de produção elétrica, em particular a solar, tirando partido das condições naturais e procurando dar prioridade ao uso de superfícies urbanas para esse fim, desde logo em todos os edifícios propriedade da autarquia, prevenindo a ocupação de outros solos necessários para infraestrutura verde. Procurando as melhores formas de fomentar melhorias no isolamento térmico dos edifícios, particularmente das habitações, será possível contribuir para um aumento significativo da eficiência energética da cidade, reduzindo a despesa com o consumo de electricidade e aumentando o bem-estar térmico e a saúde ambiental dos habitantes de Lisboa. Sempre que possível, a promoção de ‘telhados verdes’ permitirá, simultaneamente, melhorar o isolamento e expandir a infraestrutura verde da cidade, providenciando até habitats adicionais à biodiversidade urbana. Apostando, também, numa rede local de postos de carregamento de carros elétricos, bem como em incentivos ao uso de veículos elétricos e à mobilidade partilhada, sem que tal implique um desinvestimento no apoio aos transportes públicos e coletivos que devem também abandonar gradualmente qualquer

utilização de combustível fóssil. Estabelecendo critérios de condicionalidade ambiental para as compras públicas e os investimentos de longo prazo no caso de investimentos imobiliários, incluindo na reabilitação urbana e de infraestruturas e estimular o consumo e produção locais, de forma a fomentar a dinâmica económica interna, nomeadamente na periferia urbana. As cantinas públicas devem incluir estes critérios nas regras para as suas compras. Finalmente, será necessário democratizar o acesso à produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis, através do incentivo à formação de cooperativas de produtores e apoio às existentes. Sempre que possível, os edifícios municipais devem fornecer-se através destas cooperativas, podendo o município liderar, eficazmente, pelo exemplo.

### **3. O LIVRE e o PS estabelecem também como objetivo um modelo urbano e de mobilidade inclusivo, saudável e eficiente e orientado para o Futuro.**

O tema da mobilidade tem de ser abordado a partir de quatro princípios fundamentais que permitam a conciliação das várias problemáticas inerentes à questão da mobilidade, e que em muitas situações possam entrar em conflito. São eles a Eficiência, quer seja do ponto de vista dos recursos ou da limitação das emissões de CO<sub>2</sub>, como também da gestão eficiente do trânsito diário das cidades portuguesas; a Inclusão Social e a Flexibilidade, promovendo soluções de mobilidade sustentável que, sendo mais eficientes e sustentáveis que o transporte individual, não limitem a liberdade de escolha; e a orientação para o Futuro.

Neste campo é necessário promover as relações de bairro casa-trabalho-comércio-escolas-lazer de forma a reduzir a necessidade de grandes deslocações no dia-a-dia; regular a atividade dos operadores de transporte coletivo urbano, garantindo a sua função social e a sua eficácia e abrangência; tornar a mobilidade em bicicleta e pedonal uma opção viável e segura de transporte; trabalhar em conjunto com as escolas para fomentar o acesso pedonal, de bicicleta ou de transportes públicos; instaurar circuitos de proximidade e de ligação rápida ao sistema de metro e comboio urbano, de forma a reduzir a desigualdade que hoje se verifica nas diferentes zonas das cidades; promover a integração da informação e bilhética de todos os modos de transporte, incluindo aqueles por chamada, bem como as redes de veículos partilhados, de forma a promover uma mobilidade flexível, acessível e fácil de utilizar por todos; reduzir a necessidade da utilização do automóvel particular dentro da cidade, tanto por quem nela habita como por a quem a ela acede; fomentar a mobilidade elétrica, através do aumento dos postos de carregamento e de incentivos locais; assegurar que as entidades públicas têm acesso aos dados gerais de viagens e de mobilidade, de forma a apoiar uma melhoria contínua das políticas, do planeamento e da gestão quotidiana da mobilidade; preparar a cidade para soluções do futuro da mobilidade: na transição da energia para fontes mais limpas e renováveis, no paradigma das *smart cities* e de soluções de leitura e agregação de multi-dados da cidade e na condução autónoma, que terá certamente consequências pesadas na forma como hoje encaramos a mobilidade diária e a vida nas cidades e

limitar o tráfego automóvel no centro da cidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

#### **4. Os tempos atuais são tempos desafiantes e Lisboa não pode faltar à chamada.**

O LIVRE e o PS estabelecem como objetivo pôr Lisboa na primeira linha da reflexão, e da ação, nos grandes temas que se colocam às atuais gerações. Nos desafios de lutar por uma globalização justa e ambientalmente sustentável, de construir uma União Europeia verdadeiramente democrática e social, de encontrar soluções para a crise de direitos humanos que é emblematizada pela tragédia dos refugiados, Lisboa tem de ter uma palavra a dizer — e pode constituir-se como uma cidade onde a Europa e o mundo vêm também tomar palavra e resolução, não só ao nível das cimeiras de estados e de governos, mas do pensamento, das dinâmicas sociais e da cidadania. Lisboa já é uma cidade mundo, com um potencial de futuro amplamente reconhecido nas áreas do turismo, do lazer e da cultura: precisa também de se afirmar mais nas áreas do pensamento, das propostas e das políticas para o futuro.

Para transformar a Capital numa cidade de um cosmopolitismo inovador e solidário, o LIVRE e o PS assumem um leque de objetivos ambiciosos para os quais contarão com a colaboração ativa do governo da cidade.

Entre eles contam-se a participação ativa em redes de cidades progressistas que já existam, nas quais Lisboa possa assumir uma posição preponderante, assumindo o municipalismo como parte estruturante do projeto europeu e que discuta globalmente e de forma contínua os grandes temas europeus como o papel das cidades no Combate às Alterações Climáticas, na Democracia Europeia, na Europa Social, na Europa Ecologista, na Europa das Liberdades e na Europa que acolhe.

Assumem também que Lisboa deve tomar a dianteira na criação de novas redes, com o objetivo de tornar Lisboa uma protagonista no debate sobre o futuro da União Europeia. Proporemos concretamente que a nossa cidade receba um fórum para a redação de uma carta de objetivos para a UE na década de 2020 que contenha as metas necessárias para uma refundação do projeto europeu em bases vigorosamente democráticas, sociais e ambientais. A esse debate e à declaração dele resultante poderão aderir, de forma plural, indivíduos, organizações e outros municípios que se empenhem em trabalhar em conjunto para atingir os objetivos comuns para a UE na próxima década.

A criação de uma delegação da cidade de Lisboa junto da União Europeia, a exemplo do que já fazem cidades como Londres, Berlim ou Amesterdão com o objetivo de representar os diversos sectores da capital portuguesa, de facilitar as ligações entre cidadãos e empresas lisboetas com as instituições europeias (nomeadamente no que respeita o acesso a financiamento da UE e à participação em redes europeias diversas, etc), de explicar o valor da cidade de Lisboa aos principais formadores de opinião da UE e de influenciar o desenvolvimento de políticas europeias relevantes para a nossa cidade. Em suma, esta representação trabalharia com os agentes culturais,

empresariais, associativos, universitários, centros de investigação da cidade, entre outros e com os decisores políticos das várias instituições europeias, com outras representações de cidades e de regiões europeias em Bruxelas e com a Representação Permanente de Portugal junto da UE. Esta delegação funcionaria também em estreita coordenação com um gabinete de apoio às candidaturas a fundos europeus, sediado em Lisboa e aberto a qualquer entidade que possa ser beneficiária destes financiamentos.

O LIVRE e o PS estarão também empenhados no debate para encontrar respostas à escala europeia e global para as necessidades de proteção dos refugiados, não só posicionando a cidade para a participação em verdadeiros programas europeus de reinstalação e integração de refugiados, mas também criando possibilidades para que em Lisboa se faça o debate sobre as soluções de futuro, como a da criação de um Passaporte Internacional Humanitário para os refugiados mais vulneráveis, em estreita colaboração com o Alto Comissariado da ONU para os Refugiados. O LIVRE e o PS estimularão também os projetos educativos e de integração que salientem o papel de Lisboa como cidade de refúgio e de tolerância.

O próximo mandato será marcado por um reforço das políticas de combate ao racismo, à xenofobia e à intolerância na cidade de Lisboa. Este é um combate de sempre, que não esquece o passado e melhor nos prepara para o futuro. Em junho de 2020 assinalam-se os 25 anos do assassinato de Alcindo Monteiro por parte de criminosos de extrema-direita, um trágico marco que deve ser assinalado pela cidade como exemplo de todas as discriminações contra as quais a cidade deve lutar.

Acreditamos na democracia, na participação e na capacidade criativa das sociedades contemporâneas. Perante uma crise complexa de que ainda não saímos, e que agregou aos erros das políticas de austeridade os desafios dos egoísmos nacionais, da crise de representação política e das mutações tecnológicas na comunicação social e no debate público, queremos que Lisboa seja uma provedora da cidadania informada e exigente. O LIVRE em Lisboa contribuirá para que se encontrem soluções pluralistas, construtivas e inovadoras para uma Lisboa, um Portugal, uma Europa e um mundo mais coesos e solidários.

5. Assim, e sem prejuízo de acordos pré ou pós-eleitorais com outros partidos ou movimentos que se identifiquem com a visão de cidade que defendemos, entendemos que nos cabe participar na solução eleitoral que tem obtido o acordo maioritário dos eleitores de Lisboa.

6. É com estas premissas base que apresentamos aos cidadãos de Lisboa um acordo coligatório para o mandato 2017-2021 entre o Partido Socialista e o LIVRE, adiante designados por partes, com base nos seguintes pressupostos:

6.1 As partes comprometem-se a elaborar em conjunto um programa de governo municipal para 2017-2021 que viabilize os objetivos atrás descritos e aceite o desafio de fazer de Lisboa uma cidade com futuro para as gentes do presente, sempre mais verde, inclusiva e cosmopolita. O programa de governo municipal deverá ser tornado público antes das eleições.

6.2 Farão parte do programa de governo municipal programas, projectos e medidas que visem concretizar e desenvolver, entre outras as seguintes opções estratégicas:

- Efetivar o direito à cidade para quem nela vive e para quem nela quer viver;
- Descarbonizar a Cidade de Lisboa;
- Estar na primeira linha, ao nível europeu, do combate às alterações climáticas;
- Apostar num modelo urbano e de mobilidade inclusivo, saudável e eficiente e orientado para o Futuro;
- Participar ativamente, se necessário, tomar a iniciativa da criação de uma rede europeia das cidades progressistas na qual Lisboa tenha um papel preponderante;
- Criar uma delegação de Lisboa junto da União Europeia para o apoio a projetos de interesse para a cidade e de ligação com as suas comunidades académica, científica, artístico-cultural, associativa e empresarial.
- Tomar a dianteira no debate sobre o futuro das cidades no projeto europeu e na globalização, nomeadamente colocando na agenda a discussão das prioridades da década de 2020 para uma União Europeia democrática e social;
- Reforçar a disponibilidade para a integração de refugiados no quadro dos programas europeus de relocalização e reinstalação, bem como da participação no debate pela reforço da proteção aos refugiados mais vulneráveis, nomeadamente através da criação de um passaporte internacional humanitário;

6.3 As partes apresentar-se-ão a sufrágio integradas nas listas do Partido Socialista para a Câmara Municipal, para a Assembleia Municipal e para as Juntas de Freguesia. Na lista para a Câmara Municipal caberá ao LIVRE a indicação de um candidato. Na lista para a Assembleia Municipal caberá ao LIVRE a indicação de dois lugares nos vinte primeiros candidatos e de um terceiro entre o vigésimo quinto e o trigésimo candidato. Nas listas para as Juntas de Freguesia caberá ao LIVRE a indicação das cabeças-de-lista para as freguesias do Areeiro e da Estrela, com os restantes elementos dessas listas a ser escolhidos em conjunto com o PS. Os candidatos indicados pelo LIVRE terão nas listas do PS um estatuto autónomo.

6.4 As listas resultantes do presente acordo não constituem uma individualidade distinta dos partidos, os quais continuarão a organizar-se de forma autónoma findas as eleições, sendo os eleitos do LIVRE reconhecidos, pelos eleitos do PS e para todos os efeitos, como uma força política própria e autónoma. Os eleitos indicados pelo LIVRE na Assembleia Municipal formarão um Grupo Municipal autónomo.

6.5. Os eleitos pelas listas constituídas a partir deste acordo comprometem-se a procurar a convergência de posições e votações, através de articulação prévia, em todas

as matérias respeitantes ao governo da cidade. Comprometem-se também em propor as alterações necessárias no regimento da Assembleia Municipal que permita o funcionamento dos grupos municipais de forma mais autónoma, em particular daquele que seja formado pelos eleitos do LIVRE, devendo o regimento reconhecer e assegurar a todos os eleitos igual capacidade de acesso à informação e intervenção, em sede de plenário e de comissões parlamentares municipais; valorizar o debate público das grandes questões da política municipal; implementar a participação informada dos cidadãos e suas organizações; articular os trabalhos da Assembleia Municipal com os dos Conselhos Municipais existentes ou a criar.

6.6. As substituições ocasionais dos eleitos serão feitas de modo a garantir que o eleito de uma força política é sempre substituído por outro da mesma força política. Nas restantes substituições as partes comprometem-se a procurar soluções para que o peso das representações partidárias se mantenha.

6.7 Este acordo não exclui a celebração de acordos pré ou pós-eleitorais com outras forças políticas que se revejam nos desafios aqui propostos ou nas medidas desenvolvidas no programa de governo municipal que dele resultará.

6.9 A eventual celebração de acordos pré-eleitorais do Partido Socialista com outras forças políticas que partilhem da visão de cidade que este acordo defende não prejudica o respeito pelas regras definidas no ponto 6.3. para a formação das listas, nomeadamente quanto à integração dos candidatos indicados pelo LIVRE na posição que dessas regras resultar.

6.10 A estratégia de campanha eleitoral das listas elaboradas com base neste acordo deverá ser acordada entre as partes, sendo admissíveis atos conjuntos ou separados, desde que devidamente articulados.

6.11 O programa de governo municipal que resultar deste acordo passará a constituir parte integrante do mesmo.

6.12 Será constituída uma Comissão de Acompanhamento e Desenvolvimento deste acordo, com delegações das duas partes, presididas pelos signatários, em nome das respectivas forças políticas. Esta Comissão reunirá regularmente durante o mandato, nomeadamente antes de decisões estruturantes da política municipal. A iniciativa de convocar as reuniões da Comissão poderá ser de qualquer das partes.

Lisboa,

Pelo Partido Socialista

Pelo LIVRE

(Fernando Medina)

(Isabel Mendes Lopes e Pedro Mendonça)

